



Boletim Nº 10 | 2008

CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Jornal Oficial

da União Europeia

ISSN 1725-2601

L 145

51.º ano
4 de Junho de 2008

Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I Actos aprovados ao abrigo dos Tratados CE/Euratom cuja publicação é obrigatória

* Regulamento (CE) n.º 450/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2008, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário (Código Aduaneiro Modernizado)

1

- | | |
|---|-----|
| * Regulamento (CE) n.º 451/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2008, que estabelece uma nova classificação estatística de produtos por actividade (CPA) e revoga o Regulamento (CEE) n.º 3696/93 do Conselho ⁽¹⁾ | 65 |
| * Regulamento (CE) n.º 452/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2008, relativo à produção e ao desenvolvimento de estatísticas sobre educação e aprendizagem ao longo da vida ⁽¹⁾ | 227 |
| * Regulamento (CE) n.º 453/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2008, sobre as estatísticas trimestrais relativas aos empregos vagos na Comunidade ⁽¹⁾ | 234 |
| * Regulamento (CE) n.º 454/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Maio de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 998/2003, relativo às condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação sem carácter comercial de animais de companhia, no que diz respeito à prorrogação do período transitório | 238 |

(1) Texto relevante para efeitos do EEE

PT

Os actos cujos títulos são impressos em tipo fino são actos de gestão corrente adoptados no âmbito da política agrícola e que têm, em geral, um período de validade limitado.
Os actos cujos títulos são impressos em tipo negro e precedidos de um asterisco são todos os restantes.

CÓDIGO ADUANEIRO COMUNITÁRIO (MODERNIZADO)

BES

ARTE & FINANÇA

VENHA DESCOBRIR O NOVO ESPAÇO CULTURAL
E FINANCEIRO DO **BANCO ESPÍRITO SANTO.**



CYBERCAFÉ | EXPOSIÇÕES | SERVIÇOS FINANCEIROS

ENTRADA **GRATUITA**

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO _ Segunda a Sexta das 9h às 21 horas
MORADA _ Praça Marquês de Pombal Nº3 1250-161 Lisboa

TELEFONE _ 21 883 90 01
EMAIL _ besarte.financa@bes.pt

Índice

04

FICHA TÉCNICA

05

EDITORIAL

06

RECORDANDO...

09

NOTÍCIAS NACIONAIS

11

O DESPACHANTE OFICIAL NO MUNDO

12

FORMAÇÃO

14

PERMITAM-ME
O PARALELISMO...

18

REUNIÃO DE CLASSE

21

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS
DESPACHANTES OFICIAIS

23

É URGENTE o AMOR,
É URGENTE UM BARCO
NO MAR

25

CÓDIGO ADUANEIRO COMUNITÁRIO

30

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

33

RECONHECIMENTO

34

LISTAGEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

38

REFLECTINDO...

O Seu Parceiro de Logística Global

- Logística
- Transporte aéreo, marítimo e terrestre internacional
- Distribuição Nacional
- courier expresso/FedEx
- Actividade Aduaneira
- Feiras e Exposições



[Soluções Logísticas Globais]

808 300 500 | info@rangel.com | www.rangel.com



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EMISSÃO

CDO-CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Rua D. Luís I, 5, 5º Lisboa – Tel 213 931 320 – Fax 213 931 329 – mail@cdo.pt

DIRECTOR

DR FERNANDO CARMO

COORDENAÇÃO E REDACÇÃO

AVELINO ROCHA RIBEIRO

SECRETARIADO DA REDACÇÃO

PALMIRA MIRANDA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

GRÁFICA MAIADOURO SA

DEPÓSITO LEGAL

237 225/06

TIRAGEM

1000 EXEMPLARES

O CÓDIGO ADUANEIRO COMUNITÁRIO



Durante o ano que ora finda, o facto indiscutivelmente mais relevante, no que respeita à nossa actividade profissional, consistiu na publicação do CÓDIGO ADUANEIRO COMUNITÁRIO (MODERNIZADO) que por isso foi levado à capa do nosso Boletim.

Com a sua génese na Agenda 2000 e com os conteúdos acrescidos pela filosofia que resultou da Estratégia de Lisboa, pretende o novo CAC, definir novas regras que possam ser aplicadas num ambiente informático de nível europeu, facilitando e acelerando procedimentos, tudo no âmbito de um total respeito pelas normas de segurança.

Para nós, é importante ter sido conseguido não só, a inclusão no Código, o que aconteceu pela primeira vez, da figura do Representante Aduaneiro, mas que logo à partida se definissem as grandes regras de acesso a tal Estatuto.

Não é possível nestas breves linhas traduzir tudo quanto foi necessário para que tal viesse a verificar-se.

Foram reuniões, work-shops, conferências, palestras por toda a Europa Comunitária, tudo no sentido de ultrapassar a renitente posição da Comissão Euro-

peia (leia-se TAXUD), que pretendia a liberalização pura e simples da nossa profissão.

Conseguimos o apoio do Parlamento Europeu que, em primeira leitura da Proposta da Comissão, logo e nesse aspecto, a rejeitou na totalidade.

Seguiu-se a posição do Conselho Europeu que, apoiando a tese do Parlamento Europeu, elaborou um texto de compromisso que veio afinal a ser adoptado por ambos.

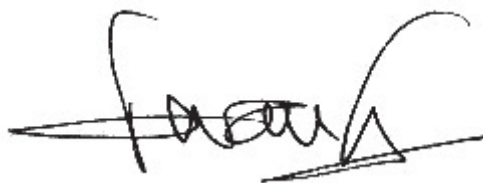
Importante é que a Presidência alemã, ao justificar a sua Proposta, diga expressamente: "... a Presidência partilha o objectivo de manter a alta qualidade do serviço dos Despachantes Oficiais, porque não só é uma garantia de cumprimento das leis aduaneiras, mas também porque facilita o acesso ao comércio internacional das empresas comunitárias, em particular as Pequenas e Médias Empresas."

Temos que convir que uma opinião deste tipo é motivo de justificado orgulho para toda a nossa Classe. Todavia, e ao contrário do que um dia disse a Rainha Santa Isabel: "Nem tudo são rosas Senhor...", existem também alguns espinhos que temos a obrigação de assumir e ultrapassar.

Temos de demonstrar no nosso dia a dia, não só que o nosso serviço é de alta qualidade mas, mais ainda, que ninguém o executa melhor que nós.

Devemos esse esforço que todos temos de fazer, a nós próprios, à Classe e àqueles que em nós confiam.

Um abraço amigo,



Recordando...

O Primeiro Aduanauta Português



Quando fui convidado a escrever umas linhas para preencher o espaço no nosso Boletim da CDO e referenciando a minha condição de proximidade com a aeronáutica, logo me ocorreu que deveria contar algo de interessante relacionado com aviões e o mundo aduaneiro. Então logo ressaltou de entre outras “aventuras” as relacionados com situações aduaneiras passadas numa época do século passado em que o trabalho aduaneiro tinha situações de serviços extraordinários que por vezes eram verdadeiras odisséias.

Ora num serviço de verificação por serviço extraordinário em Viseu foi nomeado, já com certa intencionalidade, pelo Dr. Marques de Carvalho, o então verificador Dr. Leal, um homem bem humorado, com boa disposição e sempre com piada fina e gostos gastronómicos requintados. Era sabido que apesar daquelas “virtudes” o Dr. Leal

não era grande adepto de viagens aéreas, daí a sua nomeação pelo Director que tinha conhecimento que a viagem ia ser de avião. Feita a combinação para o encontro do dia seguinte pela manhã eu fui buscar o Dr. Leal ao local acordado e dirigi-me para o Aeroporto. Pelo caminho ele foi notando que para Viseu não era muito aconselhável ir por aquele percurso, perguntando-me se não estaria enganado e ao que eu respondia que teria de me encontrar com um colaborador do importador que tinha chegado ao aeroporto, e o fiel (artífice) os quais iriam connosco, até Viseu. Cheguei ao Aeroporto, estacionei o carro e pedi ao Dr. Leal para me acompanhar até à placa onde estava um avião a que ele sempre bem disposto acedeu. Chegados junto do avião era o momento da verdade e então eu convidei-o a entrar, julgando ele que iria sentar-se naquele aparelho por mera curiosidade, pois estava longe de vislumbrar uma viagem de avião. Aí é que caso ia mudando de figura e eu já estava a pensar que iria fazer o serviço de automóvel com a consequente maçada daquela viagem que na altura era um verdadeiro suplício.

– Doutor aperte o cinto pois vamos até Viseu neste veículo.

- Não pode ser, pois eu enjoo e além disso onde está o piloto?
- O piloto sou eu, e vou pôr em marcha.
- Então lá terá que ser e seja o Deus quiser!

Lembro-me que o outro funcionário (auxiliar de verificação) de que não me recordo o nome, estava muito infeliz mas lá entrou juntamente com o outro passageiro apertando os respectivos cintos.

Obtidas as necessárias autorizações via rádio, iniciamos a viagem que foi espectacular com um magnífico tempo a ajudar e a magnificência da paisagem a ser glosada e comentada pelos passageiros. Decorridos vinte e cinco minutos já estávamos a aterrar no aeródromo da cidade de Viriato.

Se a ida foi de maravilha, o regresso após o serviço efectuado, foi ainda melhor, com meteorologia e luminosidade de encomenda.

É obvio que no dia seguinte o director mandou chamar o Dr. Leal para saber como tinha corrido a verificação e a viagem, pensando certamente que iria ouvir lamentações e alguma censura para a maldade que o chefe lhe tinha feito nomeando-o para um serviço para o qual já sabia que a viagem seria de avião. Aproveitaria também, com a mordacidade que lhe era peculiar, saborear o

prazer do relato da eventual angústia de tal viagem.

- Então Leal, conte lá como é que decorreu a verificação de ontem em Viseu?
- Senhor Director, em primeiro lugar que agradecer-lhe a gentileza que teve para comigo, em nomear-me para tal missão. E isto por duas razões. A primeira é que o senhor proporcionou-me uma viagem fantasticamente maravilhosa.

Turisticamente falando, verifiquei que a paisagem Beirã é um fenómeno espectacular, de rara beleza e que eu nunca tinha a oportunidade de vislumbrar.

A segunda razão é que a partir de agora foi criada nas Alfândegas uma nova classe profissional e que tenho a honra de ser o primeiro elemento. É que sou o primeiro Aduanauta português.

A partir de então o Dr. Leal sempre me perguntava quando seria a próxima e outros candidatos a aduanautas não faltaram.



Miguel Cardoso
Despachante Oficial



porto seguro para os seus negócios

Protegemos a sua empresa
através da gestão do risco
de crédito dos seus clientes
nacionais e internacionais

Líder destacado em Seguro de Créditos e Caução em Portugal, integrado num dos maiores grupos financeiros nacionais (BPI) e no líder mundial de seguro de créditos (Euler Hermes – grupo Allianz).



COMPANHIA DE SEGURO DE CRÉDITOS, S.A.

www.cosec.pt número azul 808 201 269

Fernando Domingues
SOCIEDADE UNIPessoal, LDA. — **FP**
— AVEIRO —
DESPACHANTE OFICIAL
OFFICIAL CUSTOM BROKER



& J. Fernando Domingues
J. Luís Freitas

Despachantes Oficiais, Lda.

E-mai: fernandodomingues@mail.telepac.pt | josefdomingues@mail.telepac.pt | josefrefreitas@mail.telepac.pt

Quinta do Simão (á Est. Nac. 109) - Variante
Telefs.: 234 33 020 / 234 300 800 - Fax.: 234 300 881
Apartado 747 - Esgueira - 3801-801 Aveiro

Notícias Nacionais

O DESPACHANTE OFICIAL E O MUNDO

Por iniciativa da CONFIAD PANEUROPEAN NETWORK, realizado pelo seu Steering Committee de que a CDO fez parte, e em edição da CDO, foi publicado o Livro "O Despachante Oficial e o Mundo".

Trata-se de um memorando explanatório, onde se referem os regimes jurídicos do Estatuto do Despachante Oficial, nas grandes economias mundiais.

COMUNIDADE AEROPORTUÁRIA DE CARGA DE LISBOA

Com apresentação pública em 8 de Maio, a ACL definiu como objectivos da sua constituição, a resolução dos vastos problemas relacionados com a falta de condições actuais, procurando integrar-se na filosofia e objectivos do Portugal Logístico.



ACORDO DE EMPRESAS/TRABALHADORES AO SERVIÇO DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº.26 de 5.7.2008, uma Alteração ao Acordo em epígrafe, retroagindo a incidência salarial a 1 de Janeiro anterior.

CURSO DE SEGURANÇA AEROPORTUÁRIA

Realizou-se em 9 e 10 de Outubro, na Sede da Secção do Porto da CDO, o "Curso de Sensibilização de Segurança da Aviação Civil", que merecerá tratamento mais desenvolvido, noutra página deste Boletim.

REUNIÃO DE CLASSE

Com Sessões no Porto e em Lisboa, em 13 e 16 de Outubro, promoveu o Conselho Directivo, uma Reunião de Classe que será objecto de maior desenvolvimento a seguir, neste Boletim.

**CPDL
COMUNIDADE PORTUÁRIA
DO DOURO E LEIXÕES**



Foi comunicado em 16 de Outubro, a entrada em funcionamento do novo Site da CPDL – <http://www.cpdL.pt>.

**ADMINISTRAÇÃO
DOS PORTOS DA FIGUEIRA DA FOZ
(APFF) E DE VIANA DO CASTELO (APVC)**

Por Decreto-Lei de 3 de Novembro de 2008, foi anunciada a criação das Administrações dos Portos acima identificados.

**CURSO DE FORMAÇÃO
DOS EMPREGADOS
DOS DESPACHANTES OFICIAIS**

No cumprimento do respectivo normativo legal, teve início em 28 de Outubro, com fim previsto para 7 de Dezembro, o Curso em epígrafe, tema que será desenvolvido mais à frente, neste Boletim.

**CARTÕES DE
IDENTIFICAÇÃO DE
EMPREGADOS DE
DESPACHANTES OFICIAIS**

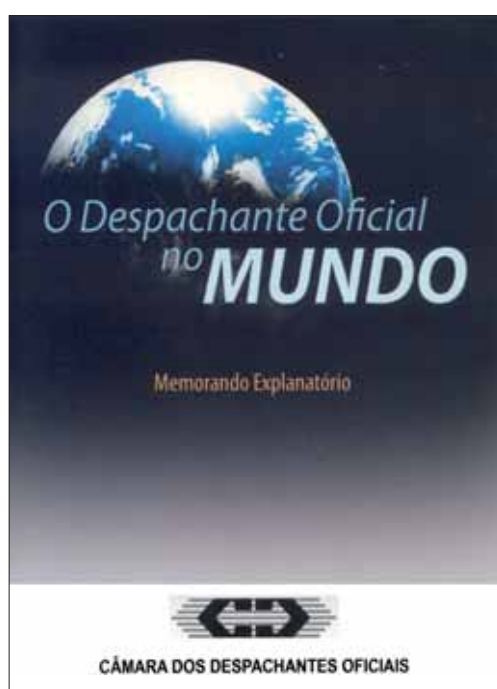
Em 1 de Novembro de 2008, a CDO deu início à renovação dos Cartões de Identificação dos Empregados dos Despachantes Oficiais, a qual ocorrerá até ao fim do mês seguinte.

Os cartões agora em uso, perderão a sua validade em 01 de Janeiro de 2009.

© Despachante Oficial no Mundo

Numa altura em que a Comissão Europeia procurava consagrar no Novo Código Aduaneiro Comunitário, a liberalização da actividade do Despachante Oficial e a CDO, através das Organizações Europeias em que participa, procurava, por todos os meios, alterar tal propósito, o que aliás foi conseguido, a CONFIAD nomeou um “Steering Committee” de que a CDO fez parte, com o fim de elaborar um Memorando que retratasse fielmente a actividade do Despachante Oficial e a sua implantação nas grandes economias mundiais.

Concluído o trabalho, foi o mesmo distribuído por todas as Instâncias Europeias e a nível mundial.



Para além de se tratar de um repositório de afirmação da nossa actividade que reflecte o conteúdo de toda uma Profissão, constituindo um verdadeiro testemunho para MEMÓRIA FUTURA, analisa ainda o Memorando, as condições de exercício profissional do Despachante Oficial nas mais importantes Economias Globais.

Formação

Formação em Segurança



CURSO DE SENSIBILIZAÇÃO DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL

Na sequência dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 e por força de Regulamento Comunitário (300/2008 de 11.3.2008), foram criadas uma série de medidas restritivas de acesso a zonas dos Aeroportos, na salvaguarda de pessoas e bens, dentro da União Europeia.

Como condição necessária para acesso a certas zonas Aeroportuárias, é necessário a frequência do Curso de Segurança, com a **finalidade de transmitir conhecimentos de forma a identificar, prevenir e reagir a actos de interferência ilegal executados no âmbito da aviação civil.**

Por tal motivo, a CDO promoveu, em parceria com a APAT, o referido Curso, que decorreu nas instalações da sua Secção do Porto e que foi razoavelmente participado.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS EMPREGADOS DOS DESPACHANTES OFICIAIS



Por imperativo legal, tendo-se a CDO assumido como Entidade Formadora, foi promovido o Curso Anual de Formação Profissional para Empregados dos Despachantes Oficiais, nas respectivas instalações da CDO, em Lisboa e no Porto.



Após consulta aos interessados, foi decidido que as matérias sobre as quais incidiria a formação seriam:

- Origens
- Técnica Pautal
- Informática – Excel
- Informática – Outlook
- Regimes Suspensivos



Permitam-me o paralelismo...



JOÃO PALA
Despachante Oficial
Membro do Conselho Directivo

1. SISTEMA FINANCEIRO / ECONÓMICO ACTUAL CRISE

Parece-me, ser pacífica, a afirmação de que o actual sistema económico/financeiro colapsou.

Esta crise revela os problemas das instâncias de **supervisão** do sistema financeiro, cujo papel foi muito enfraquecido com as novas práticas de liberalização dos mercados, pôs ainda em evidência os problemas ligados à **desregulação dos mercados** de capitais (imagem de marca do capitalismo neoliberal em que vivemos desde os anos 1980).

Na verdade, não podemos afirmar que esta crise surgiu inesperadamente, diria até, que era espectável. A sociedade foi dando sinais de descontentamento e mostra-se muito inquieta. Muitos intelectuais (*Cláudio Salvadori Dedecca, Professor do Instituto de Economia da Unicamp,*

Michel Beaud, antigo Professor de Ciências Económicas da Universidade de Paris, Rui Martins no seu livro "Dinheiro Sujo da Corrupção", Joan Ziengler no seu recente livro "Império da vergonha", Paul Krugman, actual prémio Nobel de economia, Mário Soares e tantos outros) previram-no, e deram-nos conta desses seus pensamentos (preocupações), transmitidos em palestras e em livros.

Agora é uma constatação

- *O Sr. Alan Greenspan, o homem que esteve 18 anos à frente do banco central da maior economia do mundo (EUA) (declarações proferidas em 23/10/2008) «Sim, constatei uma falha. Não sei a que ponto ela é significativa ou duradoura, mas isso causou-me uma grande confusão». Admitiu que a crise financeira das últimas semanas lhe revelou uma «lacuna» na ideologia capitalista na qual sempre tinha acreditado.*
- *O Senhor Presidente da Republica Dr. Cavaço Silva (entrevista à TSF 25/09/2008) "Faço votos que, depois destas lições, no futuro, a **supervisão e regulação** sejam mais transparentes".*
- *O Senhor Primeiro Ministro Eng. José Sócrates (Assembleia da Republica 25/09/2008) "O primeiro passo que devemos dar para aumentar a segurança nos mercados financeiros é aumentar a **regulação**. Temos de **criar***

regras para que os mercados bolsistas contribuam para o crescimento económico e não para fomentar a especulação.”

“É muito importante que a Europa reaja, porque realmente o que se tem passado é inacreditável. **A ausência de regulação está a criar um problema sério à Europa**”

- *O Presidente Francês, Nicolas Sarkozy*, na mini-cimeira de 18/10/2008 em Paris, invocou a emergência de um «mundo novo» que deve ser **regulado e «moralizado»**.
- *O Dr. Durão Barroso* (RTP Prós e contras) «Eu próprio espero que agora se aprenda a lição: para um problema europeu, deve haver uma resposta europeia», «Houve comportamentos irresponsáveis» e «há que tirar as lições», «Aquilo que falhou nitidamente foram as autoridades **públicas de supervisão**».
- *Manuel Alegre* (DN de 28/10/2008) “Temos de continuar a exigir uma reforma das instituições internacionais, do FMI ao Banco Mundial, para que deixem de ser arautos e agentes do pensamento único. Outra lógica terá de presidir à Organização Mundial do Comércio, para que a livre circulação de mercadorias não se torne em mais um instrumento de enfraquecimento das economias mais frágeis”.

Causas

Só conseguiremos soluções se conhecermos as causas, à semelhança do que acontece na medicina só conseguimos a cura se conhecermos bem a doença.

Causas mais consensuais da crise actual:

- Desregulação
- Falta de supervisão
- Liberalização “cega”
- Facilitismo
- Especulação
- Irrracionalidade dos mercados

- Sistema financeiro disfuncional
- Incompetência
- Excessos do capitalismo, consumismo desenfreado, mercantilismo.
- Concentração do capital “monopólios encaipotados”
- Permissão de actuação de entidades que não estavam acreditadas nem sujeitas a qualquer tipo de regulação ou supervisão.

2. DESPACHANTE OFICIAL/ REPRESENTANTE ADUANEIRO

Há quem defenda que a representação aduaneira deva ser completamente liberalizada (desregulada, desregulamentada, sem supervisão), alicerçando essencialmente esta posição nos seguintes argumentos:

1º “Os representantes aduaneiros não devem ter mais o “monopólio” nas suas actividades ao interagir com as alfândegas”.

Será que os médicos têm o “monopólio” de interagirem com os doentes? Não seria de propor que os bruxos, curandeiros e outros que tais tivessem também o direito de tratar os doentes? Será que os contabilistas têm o “monopólio” de interagirem com as finanças? Não seria de propor que uma qualquer pessoa que tivesse jeito para contas, tivesse também o direito de fazer a contabilidade de uma qualquer empresa e apresentá-las ao fisco? O que seria do trânsito se a qualquer pessoa que diz ter jeito para conduzir e dinheiro para comprar carro, lhe fosse permitido conduzir, sem que para isso tivesse que se sujeitar a um exame para aferir as suas competências para o efeito? Muitos outros exemplos poderiam ser dados, e por último, para descredibilizar definitivamente este “falso” argumento, lembro que o acesso a Despachante Oficial é livre, sem *numerus clausus* e anual, com regras (pelo que já percebemos, alguém nos quer fa-

zer crer que quando se regula alguma coisa é contra a livre concorrência), claras devidamente determinadas em portaria.

2º “O sistema de licenciamento para despachantes como uma restrição da competição”. Alegadamente a abolição das restrições existentes na representação de serviços aduaneiros e a sua completa liberalização, levará a um melhor funcionamento do Mercado Único.

É tão evidente, que este argumento é o que mais se assemelha aos fundamentos dos que defendiam o sistema financeiro que nos levou à crise actual (liberalizar sem regras, sem comprovar competências e sem responsabilidades, liberalizar por liberalizar – facilitismo). Quando me confrontei com este argumento, nem queria acreditar no que estava a ler, agora, que cada vez mais se aposta na certificação, acreditação e competência, este argumento é perfeitamente desajustado, parecendo-me apenas “encomendado”.

Os E.U.A. representam um exemplo concreto de um país que passou por uma experiência NEGATIVA de uma total desregulação das actividades de representação aduaneira. Esta prática deu origem a diversos problemas, nomeadamente a fraudes perpetradas ao erário dos E.U.A., incorrecções constantes nas declarações aduaneiras, desalfandegamentos mais lentos e falta de confiança por parte da administração nos declarantes (liberalizados). Para combater estes graves e preocupantes dificuldades, a actividade de despachante “customs broker” ficou sujeita a controlo governamental e reservada apenas aos possuidores de uma licença especial, que é concedida após prestação de um exame bastante rigoroso, esta medida debelou todos os problemas que a “liberalização” tinha criado.

Nos E. U. A. há aproximadamente 7.900 autorizações emitidas para exercerem a actividade despachante.

No Canadá, Austrália, Japão, China, México, Rússia e Turquia, as restrições ao exercício da representação aduaneira são bastante semelhantes às aplicadas nos EUA.

2.1. Impacto de uma total liberalização dos serviços de representação aduaneira

A resposta está no exemplo anteriormente dado dos EUA e na crise que actualmente vivemos.

Não será necessário ser dotado de poderes de adivinhação para prever:

- Mais Fraude Fiscal.
- Concorrência desleal.
- Aumento da insegurança (o terrorismo aproveita as fragilidades dos sistemas).
- Aumento de prejuízos por declarações inadequadas.
- Preenchimentos irregulares ou incorrectos das formalidades aduaneiras.
- Cálculos errados dos impostos, taxas e outras tributações relativas à mercadoria.
- Atrasos nos desalfandegamentos.
- Redobrada atenção da Administração por falta de colaboração e confiança do declarante.

Os Despachantes Oficiais estão cientes da árdua tarefa que a Administração (DGAIEC) tem pela frente para poder combater a crescente fraude fiscal, o contrabando, o tráfico de droga, a insegurança (terrorismo), a contrafacção, o erro nas declarações aduaneiras, umas vezes por incompetência dos declarantes outras propositadas (fuga a direitos).

Reconhecemos na Administração um grande empenho e com resultados na luta a estas ilegalidades, que tanto prejudicam a economia nacional, não só pela sonegação ao erário público dos impostos devidos, mas também pelo dano causado

às empresas que pugnam pela legalidade e que tanto sofrem com esta concorrência desleal.

Não tenho qualquer dúvida que a Administração só tem a ganhar se a representação aduaneira for da exclusiva responsabilidade de representantes acreditados pela CDO - Câmara dos Despachantes Oficiais. Esta acreditação obriga ao cumprimento de regras bastante apertadas:

Acesso a Despachante Oficial

- Portaria nº 776/2001

Despachante Oficial

- Estatuto dos Despachantes Oficiais – Decreto-Lei Nº 445/99, 3/11
- Código Deontológico

O desempenho da Administração e dos Operadores Económicos tornar-se-á, com certeza muito mais facilitado, célere, transparente, credível e com menos riscos, quando os trâmites aduaneiros sejam efectuados apenas por entidades habilitadas / qualificadas /acreditadas para o efeito e naturalmente sujeitas a regulação e supervisão.

Só uma parceria e cooperação estreita entre as Alfândegas e intermediários qualificados e fiáveis podem contribuir para proteger a cadeia de abastecimento contra os riscos do terrorismo, conforme confirmado pelo item n. 12 da Declaração de Arusta (1993) que refere:

“As administrações aduaneiras devem promover uma relação transparente e aberta com os despachantes e com os sectores relevantes da comunidade empresarial. Os comités de ligação serão um elemento útil”

Na 3ª reunião da Task Force da OMA (2003) e subsequentemente aprovada pelo Conselho da OMA concluía:

“Se a alfândega puder confiar nos seus parceiros....., o seu risco será reduzido. A

minimização dos riscos ajudará a Alfândega no desempenho das suas funções de segurança e na facilitação do comércio legítimo.”

Todas as crises geram oportunidades, a mais evidente é a possibilidade de não cometermos os mesmos erros.

Ainda estamos a tempo de evitarmos, que aconteça à representação aduaneira na Europa, o que aconteceu ao sistema financeiro/económico no Mundo. A receita que “alguns” pretendiam aplicar ao Estatuto do Representante Aduaneiro é, em muitos aspectos, semelhante à receita que aplicaram ao sistema financeiro. Os resultados estão à vista. Quero crer, que não se irão cometer os mesmos erros, o que nos permitirá afastar todas as consequências desagradáveis que infelizmente já conhecemos doutras experiências.

- Devemos aprender com os erros
- Regulação – o cumprimento de regras gera celeridade
- Temos de actuar diferente, com racionalidade e transparência
- A competência, o profissionalismo, a conduta (urbanidade e probidade) e responsabilidade, aumentam a eficácia, agilizam os procedimentos e diminuem a fraude
- A cooperação só é possível se for mútua, partilhando responsabilidades e acreditação

Segundo o Presidente da Comissão Europeia Dr. Durão Barroso, a nova ordem deverá assentar em alguns “princípios” nomeadamente a “transparência e a supervisão transfronteiriça”.

A diferença evidente na dimensão das duas situações, não me impediu de fazer este exercício de comparação, resta-me afirmar que acredito nas pessoas e na democracia.

Outubro/2008

Reunião de Classe

“É do conhecimento de todos, a preocupante situação que se vem assistindo, a nível global, especialmente provocada pela instabilidade dos mercados financeiros e pela crise económica que, de alguma forma, lhe está associada.

Ainda que admitindo que pelo menos a médio prazo, haverá uma tendência para a estabilização, não temos dúvidas que o mercado e as medidas económicas que o constituem, não serão mais como até aqui e sofrerão profundas modificações.

Na sua qualidade de Associação de Classe, não podia a Câmara dos Despachantes Oficiais deixar de estar preocupada, não só pelo estado actual das coisas, como com a sua provável evolução, no que respeita naturalmente aos seus Associados, os Despachantes Oficiais.

A tudo acresce o momento legislativo em curso, no que se refere à definição do estatuto do Representante Aduaneiro que também não deixará de impor algumas adaptações a nível organizativo, do exercício da profissão.

Duas questões estão nesse âmbito no centro das nossas preocupações:



1. A FORMA DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DOS DESPACHANTES OFICIAIS;

2. A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS DESPACHANTES OFICIAIS, NO ÂMBITO DA LEGISLAÇÃO ACTUAL E FUTURA.

Para o efeito de esclarecimento e debate sobre estas questões, deliberou o Conselho Directivo da CDO, promover uma Reunião de Classe, no Porto, no dia 13, e em Lisboa, no dia 16 do mês de Outubro corrente, ambas com início às 18h00, nas Sedes das respectivas Secções.



No sentido de habilitar os Colegas a uma mais adequada compreensão do tema e assim promover uma melhor participação na reunião, elaborámos um Estudo que anexamos desde já, sobre a “Forma do

Exercício da Actividade”. (Circular 10436 Nacional de 03.10.2008) “

1. A FORMA DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Não necessitará de grande esforço de raciocínio, concluir que as mudanças em curso, designadamente as resultantes da interpenetração de mercados, no que respeita ao exercício profissional, em consequência da aprovação do Código Aduaneiro (Modernizado), imporão necessariamente que, quer a nível interno quer externo, o exercício profissional dos Despachantes Oficiais, terá de passar por algumas alterações, e isto no sentido de melhor se posicionarem organizativamente e serem capazes de agir noutros mercados, com eficácia, competitividade e profissionalismo.



Por tudo isso, o Conselho Directivo fez elaborar um estudo sobre a forma legalmente admissível do exercício da actividade profissional dos Despachantes Oficiais, o qual aprovou, após consulta prévia ao Conselho Deontológico e Fiscalizador.

Tal estudo, distribuído com a Circular atrás referenciada, constitui a Posição Oficial da CDO sobre a matéria.



Durante a reunião de Classe, foram debatidas as hipóteses nele referidas e esclarecidas as dúvidas que se suscitaram.

2. A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Este é um tema que causa especiais preocupações, atento o seu desenvolvimento actual e futuro e o grau de abrangência que dele decorre e se reflecte na responsabili-

dade dos Despachantes Oficiais, diga-se, nem sempre delas cientes.

Por este motivo, o Boletim dedicou uma página especial a tal tema, com o que se pretende, como que um alerta, para a situação vigente.



Tal situação foi especialmente dissecada durante a Reunião de Classe, tendo-se igualmente salientado, algumas hipóteses, eventualmente susceptíveis de minorar os efeitos da actual legislação.



Diga-se entretanto que, o Conselho Directivo, atento à dimensão do problema, está já a diligenciar no sentido de propor as alterações legislativas adequadas.



A Responsabilidade solidária dos despachantes oficiais



JOSÉ RIÇO

Despachante Oficial
Membro do Conselho Deontológico
e Fiscalizador da CDO

Sem se pretender enveredar por uma argumentação excessivamente jurídica, sempre se dirá que em conformidade com a legislação vigente, os DO's, sempre que actuam no quadro da representação indirecta "vestem" a pele de declarante perante as alfândegas, o que, entre outros efeitos, os faz serem devedores das dívidas aduaneiras contraídas em razão das declarações aduaneiras processadas por conta dos respectivos clientes (artigos 201º, n.º 3, 209º, n.º 3 e 211º, n.º 3, todos do CAC), sem prejuízo da responsabilidade solidária destes últimos (artigo 213º

do CAC). Igual conclusão se retira também do disposto no artigo 2º, n.º 1 do Decreto-lei n.º 289/88, de 24 de Agosto, normativo que instituiu a figura da caução global para desalfandegamento, mecanismo este que os DO vem utilizando nos últimos 20 anos e que se tem revelado como uma relevantíssima mais-valia para os seus clientes, ainda que constitua, como todos sabemos, uma factor de risco acrescido para a prossecução das suas actividades profissionais. Em suma, tudo para dizer que ninguém certamente ousará questionar esta responsabilidade solidária dos DO pelo pagamento das dívidas aduaneiras relativas aos processos de importação dos seus clientes, dentro dos prazos legalmente estabelecidos, os quais, por força de aplicação das modalidades de diferimento do pagamento plasmadas nos artigos 226º e 227º do CAC, permitem que a obrigação de pagamento possa ser protelada, o mais tardar, até ao dia 15 do mês seguinte ao mês em que ocorreram os registos de liquidação (no que diz respeito

aos direitos aduaneiros e a outros recursos próprios comunitários) ou mesmo até ao dia 15 do segundo mês seguinte ao mês em que ocorreram os registos de liquidação (no que concerne ao IVA).

O que já se nos afigura de aceitação menos pacífica é que esta responsabilidade dos DO possa também incluir as dívidas aduaneiras apuradas pelas alfândegas a partir de acções de controlo ou de carácter inspectivo, realizadas no âmbito de competências que lhes estão legalmente atribuídas. Todavia, tem sido essa a actuação de algumas das nossas alfândegas. Por outro lado, existe já alguma jurisprudência firmada pelos tribunais superiores (Tribunal Central Administrativo do Sul e Supremo Tribunal Administrativo) que vem corroborar esta tese, isto é, condenando os DO ao pagamento desse tipo de dívidas aduaneiras resultantes de acções de fiscalização levadas a cabo pelas estâncias aduaneiras. O entendimento dos tribunais é absolutamente linear: o devedor é o declarante; se o DO for declarante (e é nessa qualidade que quase sempre actua), então é o devedor, ainda que pela dívida responda também a pessoa por conta de quem foi feita a declaração aduaneira (o seu cliente). Ora, este tipo de comportamento é altamente lesivo da actividade profissional dos DO e contrário aos princípios gerais do direito, em particular de princípios

proporcionalidade, de justiça e de equidade tributárias. Não nos parece que seja esta noção de responsabilidade solidária ilimitada que esteve subjacente no espírito do legislador comunitário do CAC e também do legislador nacional do diploma da caução global para desalfandegamento. Que o DO, sempre que actue como representante indirecto (declarante), seja solidariamente responsável pelo pagamento da dívida aduaneira aquando da aceitação da declaração aduaneira e respectivo trâmite até que se verifique a extinção da dívida aduaneira (artigo 233º do CAC), nada a opor, pois, é o que decorre inequivocamente da letra da lei vigente. Alargar essa responsabilidade solidária a toda e qualquer dívida aduaneira que se constitua com base em acções de controlo ou de carácter inspectivo, resultantes da intervenção das alfândegas em diligências de inspecção realizadas à posteriori do trâmite processual das declarações aduaneiras, parece-nos estar para além da letra e do espírito da lei.

Dito isto, importa que os Colegas lancem mão de todos os mecanismos já disponibilizados no sentido de minorarem os nefastos efeitos que podem decorrer deste tipo de responsabilização.

Outubro de 2008

“É urgente o amor, é urgente um barco no mar”!

(Eugénio de Andrade)

Num tempo como o de hoje, em que se multiplicam solicitações e ansiedades, sentimos, muitas vezes, a necessidade de algo que nos transcenda e nos surpreenda.

O Mundo parece girar a uma velocidade demasiado difícil de acompanhar por todos aqueles que o habitam, e crescem, a demonstrá-lo, as desigualdades entre os que alcançam e os que nem chegam a “arrancar”. Entre os que progridem e aqueles a quem ninguém olha, ninguém estende a mão ou arrisca uma palavra que tente a proximidade.

Assistimos, impávidos, a um recuar estratégico do Estado-Providência e ao fenómeno de uma economia que funciona de conjecturas, prospecções, investimentos em realidades quase-virtuais. Como se tivéssemos criado um enorme símbolo e, em função do sucesso ou insucesso dessa condição simbólica, vivamos também o nosso quotidiano. Não é, talvez, a crise de um modelo económico que importa discutir e (re) pensar, mas

antes a alienação que esse modelo pode ter originado, a desumanização humanóide que dele advém.

É curioso pensar como fugimos de tudo o que nos parece pobre, velho ou doente. Como se a pobreza, a velhice e a doença se transmitissem, mimeticamente, com um mero gesto ou uma pergunta afável. Como se, de uma conversa com um mendigo, resultasse, no dia seguinte, a perda do nosso emprego ou a diminuição do nosso salário.

É também curioso notar como, do alto da nossa inércia quotidiana, não nos inibimos de reclamar e de reivindicar direitos: dos pais, do companheiro/a, dos amigos, do Estado.

Na confortável apatia da crítica de sofá pós-jantar e durante o almoço de Domingo, cresce à nossa volta a degradação das relações sociais, a exclusão, a solidão.

Culpamos o tempo. Ou antes a falta dele. Mas nessa loucura de correr atrás dos pon-

teiros do relógio também nos vamos fazendo homem-máquina, braços ponteiro, de alma vazia e mãos a abanar.

Na ânsia do tempo que corre não nos lembramos que cresce a franja dos que têm cada vez menos, ganham cada vez menos, comem cada vez menos.

E esquecemos a linha ténue que deles nos separa, o reverso dos Direitos que tanto reclamamos. Esquecemos os Deveres de cidadania que também deviam ocupar-nos, flexibilizamos valores, alargamos as malhas

daquilo que era o nosso grau de exigência – de auto-exigência.

A partir daqui, tudo desculpamos, tudo admitimos, inclusive a nossa redução à condição de massa amorfa e artificialmente crítica.

O que pensar deste presente/futuro que acabei de dar ideias para “futurar?”

Termino como comecei: **que “é urgente o amor/é urgente um barco no mar.”**



DOMINGOS SOUSA
Colaborador de Despachante Oficial

Código Aduaneiro Comunitário (Modernizado)

O CAC foi publicado no JO L 145 de 4.6.2008 (Reg. (CE) 450/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23.4.08).

Nos termos dos seus artigos 187 e 188, o Regulamento em causa, (leia-se CAC), entra em vigor vinte dias após a sua publicação e será aplicável no máximo de cinco anos após esta data, intervalo de tempo considerado necessário para instalação das ferramentas electrónicas (IT) adequadas.

No final do texto agora publicado, está elaborado um Quadro de Correspondência, entre os artigos do novo Código e do anterior (actualmente vigente).

Como resulta dos seus vários Considerandos, podem sintetizar-se com os princípios fundamentais do CAC (Modernizado) os que a seguir se referem:

- “É chegada a altura de racionalizar os procedimentos aduaneiros e de considerar que a apresentação e o tratamento de declarações por meios electrónicos cons-

titui a regra, sendo as declarações em suporte de papel uma excepção.”

- “A facilitação do comércio legítimo e a luta contra a fraude exigem regimes e formalidades aduaneiros simples, rápidos e normalizados. É, por conseguinte, conveniente, em consonância com a Comunicação da Comissão relativa a um quadro simples e sem papel para as alfândegas e os operadores económicos, simplificar a legislação aduaneira, por forma a permitir o recurso a ferramentas e tecnologias modernas e continuar a promover a aplicação uniforme da legislação aduaneira e as orientações modernizadas em matéria de controlo aduaneiro, contribuindo assim para garantir a realização de procedimentos de desalfandegamento simples e eficientes.”
- “A realização do mercado interno, a redução dos obstáculos ao comércio e ao investimento internacional, bem como a necessidade reforçada de assegurar a protecção e a segurança nas fronteiras

externas da Comunidade transformaram o papel das autoridades aduaneiras, conferindo-lhes um papel preponderante no circuito de abastecimento e, no que respeita ao controlo e à gestão do comércio internacional, tornando-as num catalisador da competitividade dos países e das empresas.”

- “É, por conseguinte, necessário estabelecer no Código o quadro jurídico no âmbito do qual a referida decisão pode ser executada, e em especial o princípio jurídico de que todas as operações aduaneiras e comerciais devem ser tratadas por via electrónica.”
- “Tendo em vista facilitar certos tipos de comércio, todas as pessoas deverão continuar a ter o direito de se fazerem representar para o cumprimento de actos e formalidades junto das autoridades aduaneiras. Contudo, esse direito de representação não deverá continuar a poder ser reservado ao abrigo da legislação de um Estado-Membro. Além disso, um representante aduaneiro que cumpra os critérios para a concessão do estatuto de operador económico autorizado deverá poder prestar os seus serviços num Estado-Membro diferente daquele em que está estabelecido.”
- “Os operadores económicos cumpridores e idóneos deverão, na qualidade de «operadores económicos autorizados», ter a possibilidade de tirar o máximo proveito do uso generalizado da simplificação.
- “Nos termos da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, além do direito de recurso das decisões tomadas pelas autoridades aduaneiras, afigura-se necessário prever o direito de as pessoas serem ouvidas antes de a seu respeito ser tomada qualquer medida que as afecte desfavoravelmente.”
- “Deverão ser conferidos às autoridades aduaneiras poderes de controlo alargados e aos operadores económicos o direito de recurso.”
- “Tendo em vista minimizar os riscos para a Comunidade, os seus cidadãos e os seus parceiros comerciais, a aplicação harmonizada de controlos aduaneiros pelos Estados-Membros deverá assentar num quadro comum de gestão do risco e num sistema electrónico para a sua execução.”
- “É desejável agrupar todos os casos de constituição de uma dívida aduaneira na importação, exceptuando os que resultam da apresentação de uma declaração aduaneira de introdução em livre prática ou de importação temporária com isenção parcial de direitos, tendo em vista evitar dificuldades no que respeita à determinação da base jurídica ao abrigo da

qual foi constituída a dívida aduaneira. O mesmo deverá ser aplicável no caso de constituição de uma dívida aduaneira na exportação.”

- “Atendendo a que o novo papel das autoridades aduaneiras implica a partilha de responsabilidades e a cooperação entre estâncias aduaneiras do interior e da fronteira, a dívida aduaneira deverá, na maior parte dos casos, ser constituída no local de estabelecimento do devedor, dado que a estância aduaneira competente nesse local pode assegurar mais eficazmente a fiscalização das actividades da pessoa em causa.”
- “As regras relativas aos regimes especiais deverão permitir a utilização de uma garantia única para todas as categorias desses regimes, garantia essa que deverá ser global, abrangendo diversas operações.”
- “A fim de assegurar uma protecção mais eficaz dos interesses financeiros da Comunidade e dos Estados-Membros, a garantia deverá cobrir mercadorias não declaradas ou declaradas de forma incorrecta incluídas numa remessa ou numa declaração para as quais seja constituída. Pela mesma razão, o compromisso do fiador deverá cobrir igualmente o montante dos direitos de importação ou exportação cujo pagamento se verifique ser devido

na sequência de controlos após a autorização de saída.”

- “É conveniente estabelecer disposições que estabeleçam medidas graduais para a aplicação de uma garantia global.”
- “É conveniente ter em conta a boa-fé da pessoa em causa nos casos em que a constituição da dívida aduaneira tenha sido originada pelo incumprimento da legislação aduaneira, e minimizar o impacto da negligência imputável ao devedor.”
- “Caso um operador económico tenha apresentado, com antecedência, as informações necessárias para os controlos baseados no risco relativos à admissibilidade das mercadorias, importa assegurar que, por regra, a autorização de saída de mercadorias seja rapidamente concedida. Os controlos em matéria de política fiscal e comercial deverão ser principalmente executados pela estância aduaneira responsável pelas instalações do operador económico.”
- “As regras aplicáveis às declarações aduaneiras e à sujeição das mercadorias a um regime aduaneiro deverão ser modernizadas e racionalizadas, em especial mediante a exigência de que as declarações aduaneiras sejam, em regra, emitidas por meios electrónicos, e a imposição

de um único tipo de declaração simplificada. ”

- “Atendendo a que a Convenção de Quioto revista favorece a apresentação, registo e verificação da declaração aduaneira antes da chegada das mercadorias e também a dissociação do local de apresentação da declaração do local onde as mercadorias se encontram fisicamente, é conveniente prever um desalfandegamento centralizado no local em que o operador económico está estabelecido. O desalfandegamento centralizado deverá incluir a facilidade de utilização de declarações simplificadas, o diferimento da data de apresentação de uma declaração completa e da documentação necessária, a declaração periódica e o diferimento do pagamento.”
- “É conveniente estabelecer regras comuns e simples para os regimes especiais (trânsito, armazenagem, utilização específica e aperfeiçoamento)”.
- “Importa facilitar a concessão de autorizações para diversos regimes especiais associados a uma garantia única e dependentes do controlo de uma estância aduaneira única, devendo igualmente ser previstas regras simplificadas de constituição da dívida aduaneira aplicáveis nestes casos.”
- “A colocação de mercadorias em zonas francas deverá passar a constituir um re-

gime aduaneiro, devendo as mercadorias ser submetidas a controlos aduaneiros à entrada e a registo.”

- “Dado que a intenção de reexportar deixou de ser um requisito necessário, o regime de aperfeiçoamento activo – sistema suspensivo deverá ser fundido com o regime de transformação sob controlo aduaneiro, devendo o regime de aperfeiçoamento activo – sistema de draubaque ser abandonado.”

No que ao articulado respeita, haverá que ter em consideração o seguinte:

- A única profissão expressamente consagrada no CAC é a do Representante Aduaneiro (artigo 4º. 6.).
- As condições de exercício da actividade do Representante Aduaneiro, são definidas pelo Estado-Membro em que o mesmo está estabelecido (artigo 11º. 2.).
- A possibilidade do Representante Aduaneiro actuar noutro Estado-Membro, depende do cumprimento dos critérios referidos nas alíneas a) a d) do artigo 14º..

** Republicação da Circular Nacional 10294 de
16.6.2008*



F·REGO CORRETORES DE SEGUROS
INSURANCE BROKERS



F-REGO - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Apt. 439 - Av da República, 740 - 2º s. 23-25 - 4431-967 V. Nova Gaia - Portugal

Tel. +351 22 374 57 60 - Fax +351 22 374 57 69 - geral@frego.pt - www.frego.pt

ESPECIALISTAS NA ÁREA ADUANEIRA E TRÂNSITÁRIOS



**Em qualquer
circunstância ...**



**... tratamos da
Saúde
aos Despachantes
Oficiais !**



visavis

Notícias

Internacionais

Como vem sendo estratégia da CDO, as suas participações nas várias Reuniões Internacionais, são unicamente resultantes da relevância dos temas, o que significa, a sua interpenetração com o nosso sector da actividade, considerando este no sentido do amplo do termo. Durante o corrente ano, foram as seguintes as reuniões em que a CDO participou:

ASSOCIAÇÃO DE AGENTES DE ADUANAS DA COSTA RICA **13 A 15.02.08**



Nesta reunião, o Presidente da CDO, abordou o tema *“O Futuro dos Despachantes Oficiais – regresso à União Europeia”*.



Na Conferência foi enfatizado que a Argentina é o líder da implementação do OEA na América Latina.

IFCBA

07/08.05.08 – 06/07.11.08



IFCBA | International Federation of Customs Brokers Associations

Durante os dias 7 e 8 de Maio, reuniu-se em Lisboa, o Conselho Executivo do IFCBA.



Foram abordados os temas da Representação Aduaneira no Mundo, muito especialmente na União Europeia e o seu actual contexto no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

No dia 6 de Novembro, o IFCBA reuniu em Bruxelas com o novo Secretário da Organização Mundial das Alfândegas, com quem foi abordada a temática das Alfândegas e a sua conexão entre os EUA e a EU.

No dia 7 seguinte, reuniu o seu Conselho de Direcção que, analisando a reunião do dia anterior, deliberou sobre a estratégia a seguir.

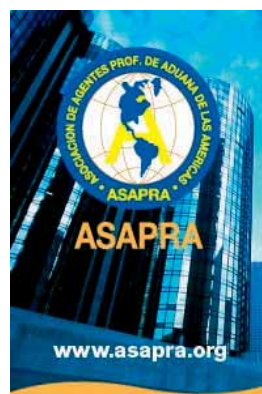
CAAREM (MÉXICO) –CANCUN 03 A 05.08.08.



Foi abordada a temática do **novo Estatuto do Representante Aduaneiro**.



ASAPRA- PANAMÁ 22 A 24.10.08



- Assembleia Geral
- Conferência – *“O Despachante: Fortaleza para a Facilitação e Segurança do Comércio Global”*.



CLECAT



Reunião do CITTI – Bruxelas 08.02.08

Reunião do CITTI – Bruxelas 27.6.08

Reunião do CITTI – Bruxelas 10.8.08

Assembleia Geral – Bruxelas-02 e 03.12.08

A temática comum a estas reuniões, foi a definição do Estatuto do Representante Aduaneiro e o estudo e análise da estratégia seguida e a seguir, no que respeita às Disposições de Aplicação do CAC, no âmbito dos vários grupos e subgrupos de trabalho, em que o Clecat participa.



CONFIAD



- *Reunião do Conselho de Direcção e Conferência – Istambul 14 e 15.03.08*



- *Reunião do Conselho de Direcção – Madrid 04.07.08*
- *Assembleia Geral e Reunião do Conselho de Direcção – Barcelona 31.10.08*

De salientar que estas reuniões foi definida a posição respeitante às Disposições de Aplicação do CAC e estabelecida a preocupação de adoptar uma estratégia comum com o Clecat no que respeita a tais critérios.

Na Assembleia Geral foi eleito como Presidente da Confiad o Senhor George

Zografos, a quem o Boletim deseja os maiores êxitos no exercício das suas funções.



George Zografos

Reconhecimento

Com o fim do mandato da Presidência da Confiad Paneuropean Network, do meu amigo, Dr. F. Carmo, considero ser meu dever, exprimir sinceramente as minhas opiniões e sentimentos por um despachante português que honrou, com o seu projecto e a sua presença, os ideais da nossa profissão em toda a Europa.

Nos 10 anos em que estive à frente da CPN, o Presidente F. Carmo provou que os Despachantes europeus têm não só visões ideais, ideias convincentes e realistas e estatuto técnico profissional, mas também meios poderosos para promover os ideais e os objectivos da nossa actividade nas circunstâncias actuais e, em especial, em futuros desígnios.

O meu respeitável amigo Fernando tem características de líder, de um profissional sério e responsável, de um negociador capaz, decisivo e flexível. Utilizou estas capacidades na nossa área profissional e sempre na defesa dos interesses dos despachantes europeus.



Devemos-lhe um grande OBRIGADO e a ele temos de atribuir, caminhando pelos seus próprios passos, a procura de uma estrutura organizativa cada vez maior, com que sempre sonhou.

Considero uma honra e um privilégio o facto de ter cooperado com ele.

Desejo-lhe as maiores felicidades, para ele e para a sua família, e serei sempre seu amigo.

CONFIAD PAN EUROPEAN NETWORK

O PRESIDENTE

GEORGE ZOGRAFOS



Lista dos Despachantes Oficiais

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA
ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA
ACÁCIO FRANCISCO JOSÉ PINTO BASTOS REBELO
ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA
ADELINO INFANTE GOUVEIA
ADÉRITO NUNES MONTEIRO
ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE
ADRIANO GOMES PINHAL
AFONSO PINTO DE OLIVEIRA
AGOSTINHO FRANCISCO DUARTE DE BRITO
AIRES PEREIRA DA SILVA LAVOS
ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL
ALBERTINO FERREIRA DA SILVA
ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES
ALBERTO AUGUSTO DA COSTA
ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO
ALBERTO FARINHA RODRIGUES
ALBERTO JOSÉ DE SERPA TELLO DE CASTRO
ALBERTO JOSÉ VIEIRA
ALBERTO PINTO DE CARVALHO
ALBERTO PIRES BAPTISTA
ALBINO FERREIRA DE QUEIRÓS
ALBINO MARTINS DOS REIS PRATA
ALEXANDRE ARTUR OERTEL VIEIRA LOBO
ALFREDO BARBOSA DA FONSECA
ALFREDO DA CONCEIÇÃO GARRIDO
ALFREDO MARTINS GONÇALVES DE AZEVEDO
ALFREDO DOS SANTOS MELLA
ALFREDO SOARES FERREIRA
ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE
ÁLVARO FERNANDES CASTELA
ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS
ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS
AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO
AMÉRICO CARRETERO GOMES DE AGUIAR
ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO
ANGELO ROSA PIRES
ANIBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA
ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO
ANTÓNIO ABEL CORUJEIRA
ANTONIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA
ANTÓNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO
ANTÓNIO BRAGA BARROS
ANTÓNIO CARLOS COSTA LEAL
ANTÓNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL
ANTÓNIO COELHO BARBOSA
ANTONIO DIOGO CAVACO
ANTÓNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA
ANTONIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA
ANTONIO FERNANDES
ANTÓNIO FERNANDES DE ABREU
ANTÓNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO
ANTONIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO

ANTÓNIO FERNANDO PINTO DE ANDRADE
ANTÓNIO GIL TADEU
ANTÓNIO JOAO FLORINDO CADETE
ANTÓNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO
ANTÓNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES
ANTONIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA
ANTÓNIO JOAQUIM NEVES MATIAS
ANTÓNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA
ANTÓNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES
ANTÓNIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA
ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO
ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA SEMEANO
ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO
ANTONIO JOSE SIMOES DE ALMEIDA
ANTÓNIO LUÍS MOREIRA DIAS
ANTÓNIO LUÍS SANCHES LUÍS
ANTÓNIO MADEIRA CASTELO BRANCO
ANTÓNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES
ANTÓNIO MANUEL BRAGANÇA RIJO
ANTONIO MANUEL RODRIGUES FERNANDES
ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS
ANTÓNIO MARIA MAGRO ROSA
ANTÓNIO MENDES DUARTE
ANTÓNIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO
ANTÓNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO
ANTÓNIO MIGUEL DOS S. RODRIGUES FERNANDES
ANTÓNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS
ANTONIO MORGADO MACEDO
ANTÓNIO NEVES PINTO
ANTÓNIO OLIVEIRA RIBEIRO
ANTÓNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE
ANTÓNIO PEREIRA DA CUNHA
ANTONIO PEREIRA LOPES
ANTÓNIO DA ROCHA TEIXEIRA
ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES
ANTÓNIO ROSA NUNES
ANTONIO ROSA DOS SANTOS
ANTÓNIO SARAIVA VILAÇA
ANTÓNIO DA SILVA MARTINS CARNEIRO
ANTÓNIO DA SILVA PRATES
ANTÓNIO SIMÕES GODINHO
ANTONIO SIMOES DA SILVEIRA
ANTONIO DA VEIGA FREIRE
ANTONIO VITAL D'ALMEIDA ROSADO
ANTONIO VITOR DE MESQUITA FERREIRA
ARLINDO ANTONIO M. RODRIGUES DE ALMEIDA
ARLINDO NUNES CASTELÃO
ARMANDO ALBERTO SIMOES PEREIRA
ARMANDO AUGUSTO TROVISCO AIRES
ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA
ARMANDO RIBEIRO DE ANDRADE
ARMANDO DA SILVA AMARAL
ARMENIO SIMOES DA SILVEIRA

ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA
ARMINDO CORREIA LEITE
ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA
ARTUR MARQUES RODRIGUES
ATILIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA
AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA
AUGUSTO MARTINS VIEGAS
AUGUSTO DA SILVA QUINTAS
AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO
AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA
BALTAZAR RODRIGUES PEDROSA E CASTRO
BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA
BELARMINO FERNANDES JOAQUIM
BENJAMIM VALENTE
BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS
BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH
CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA
CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA
CÂNDIDO JOSE MENDES MAURICIO
CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS
CARLOS ALBERTO BAPTISTA MARTINHO
CARLOS ALBERTO CONSTANCE DOMINGUES
CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO
CARLOS ALBERTO DIAS AMADO
CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS
CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES
CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DUQUE
CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES
CARLOS ALBERTO PIRES LEMOS
CARLOS ALBERTO ROCHA ALVES
CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS
CARLOS ALVES COELHO FARIA
CARLOS ANTÔNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO
CARLOS CIPRIANO DA COSTA
CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA
CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES
CARLOS LUIS PEREIRA
CARLOS MANUEL DO AMARAL VIDEIRA
CARLOS MANUEL CORREIA MARQUES
CARLOS MANUEL DAMAS PELADO
CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS
CARLOS MANUEL DE JESUS FERNANDES
CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS
CARLOS MANUEL PONTE JÚLIO
CARLOS MANUEL ROLO BEATO
CARLOS PEREIRA DA SILVA
CARLOS ROBERTO VILHENA O. ANDRADE BOTELHO
CASTOR JOAQUIM CALDEIRA SANTANA
CELESTINO PEDRO RAMOS
CESÁRIO GUILHERME FERREIRA
CLAUDEMIRO DE MAGALHÃES GUEDES DA SILVA
DANIEL DA COSTA RODRIGUES
DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO
DANIEL DA SILVA BASTOS
DAVID MANUEL DE ABREU
DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO
DELFINO LEITE DA COSTA OLIVEIRA
DELFINO MANUEL DA COSTA OLIVEIRA
DIOGO ALBERTO CASAS FERNANDES MAGALHÃES
DOMINGOS ANTÔNIO NEVES PINTO
DOMINGOS JOSÉ DE SOUSA VALENTE
DOMINGOS MONTEIRO XAVIER
DUARTE VELADA ROSADO
EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS
EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO
EDUARDO JOSÉ DE SOUSA
EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA
EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO
EDUARDO DA SILVA RANGEL
ELEUTERIO DA CRUZ SERRANO

ELISIO NOGUEIRA CARDOSO
EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA
EMÍLIO MANUEL DA SILVA CORRÊA
ERNESTO MANUEL OLIVEIRA DA SILVA RELVAS
EUGÉNIO MORGADO BARRÃO DA SILVA
EURICO ARNALDO DE SOUSA E MENEZES
FELISBERTO DUARTE FERREIRA DA SILVA
FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES
FERNANDA DA SILVA ARAÚJO
FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS LOYO
FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES
FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA
FERNANDO DE ALMEIDA NOGUEIRA
FERNANDO ANTÔNIO AMARO DOS SANTOS
FERNANDO AUGUSTO CARDOSO MOREIRA
FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARQUES
FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO
FERNANDO CARLOS D. DA CERVEIRA PINTO
FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
FERNANDO CÉSAR BATALHA LOPES PEDROSA
FERNANDO DIAS MOREIRA
FERNANDO DIAS DOS SANTOS
FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA
FERNANDO DA ENCARNÇÃO CARRILHO
FERNANDO EUGENIO DE ABREU
FERNANDO GONÇALVES DIAS
FERNANDO JORGÉ FERNANDES DA CERVEIRA PINTO
FERNANDO JOSÉ PINTO COELHO
FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO
FERNANDO LOPES ROSA
FERNANDO LUÍS SILVA TAVARES
FERNANDO MANUEL DO CARMO
FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA
FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO
FERNANDO MANUEL PEREIRA TAVARES
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA
FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA CANASTRO
FERNANDO MANUEL DE S.DOS SANTOS CLAUDINO
FERNANDO MARIO FERREIRA BICHO
FERNANDO MORAIS DE ALMEIDA AGUIAR
FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
FERNANDO DO REGO DE AMORIM
FERNANDO REIS DINIZ
FERNANDO DE SOUSA LOPES
FERNANDO VENTURA LAGE
FRANCISCO ANTÔNIO VAZ RATO VIDINHA
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS
FRANCISCO DE PAULA ALMEIDA TAVARES DE SENA
FRANCISCO VARANDAS FERNANDES
GABRIEL CESAR DAS NEVES COELHO
GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO
GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA
HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES MAIO
HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA
HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA
HENRIQUE JOSE DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO
HERCULANO JOSÉ POMBINHO
HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO
HERNANI JOSE SANTANA DA CONCEIÇÃO
HILÁRIO RODRIGUES PACHECO
HUMBERTO HILARIO PINTO
HUMBERTO RESENDES DE MELO
ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO
IVO CANDEIAS ANICETO
JACINTO CABRAL TRAVASSOS
JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA
JAIME PEREIRA GREGÓRIO
JAIME SIMÃO CARNEIRO

JERONIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES
JOAO ALVES FEVEIREIRO
JOAO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA
JOAO ANTONIO DE SOUSA
JOÃO AUGUSTO LOPES PALA
JOAO BALTAZAR SILVA CARMONA
JOAO BARATA FERNANDES
JOAO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA
JOAO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES
JOAO CARLOS DA SILVA MELO DE SOUSA
JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES
JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARQUEIJA
JOAO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES
JOAO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGAO
JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA
JOAO JORGE SILVA DE LA FERIA
JOAO JOSE FERREIRA DE MOURA BOTAS
JOAO JOSE LORDELO TEIXEIRA
JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA
JOAO LUCIO DA COSTA LOPES
JOAO LUIS FERNANDES FERREIRA
JOÃO LUÍS DE FREITAS RODRIGUES
JOAO LUIS MANTA PEREIRA
JOAO LUIS DA SILVA LEMOS VALENTIM
JOÃO LUÍS DE SOUSA ABREU
JOAO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER
JOAO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO
JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES
JOAO MANUEL PIRES
JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO
JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA
JOAO MANUEL RODRIGUES CANELAS
JOAO MARGARIDO CRUZ PINTO DOS REIS
JOAO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS
JOAO MARIA MARTINS BAIONETO
JOAO MENDONÇA CORREIA
JOAO PAULO SALGADO FERNANDES LOPES
JOÃO PEDRO NEVES DA CUNHA FERREIRA
JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA
JOÃO PEDRO DA ROCHA BARROS
JOÃO PEDRO SANTOS DE ALMEIDA
JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA
JOAQUIM ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS
JOAQUIM ANTONIO LOPES BRAGA
JOAQUIM ANTÓNIO NUNES REBORDÃO
JOAQUIM DE BRITO MENDES
JOAQUIM CARDOSO CORREIA
JOAQUIM FERNANDES DE ABREU
JOAQUIM GALEGO BRANCO ALAS
JOAQUIM JOSE PARREIRA FRAGOSO
JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ
JOAQUIM MARIA DA COSTA
JOAQUIM MARQUES
JOAQUIM ROSA GONÇALVES
JOAQUIM TEIXEIRA DE CARVALHO BRITES
JOEL PENEDO MARQUES DUARTE
JORGE AFONSO CARDOSO F. PINTO DE OLIVEIRA
JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA
JORGE BARNABÉ ALEMAO REBELO
JORGE LEAL REBELO VIEIRA
JORGE MANUEL DE ARAUJO TEIXEIRA
JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA
JORGE MANUEL SARAIVA BRANDAO
JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO
JORGE MARTINS DIONISIO
JORGE MOREIRA RAPOSO
JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO
JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE
JOSE ALBERTO CAMPOS COSTA
JOSE ALFREDO SILVA AGULHEIRO
JOSÉ ANTÓNIO FERNANDES FERREIRA

JOSÉ ANTÓNIO GUEDES VAZ DE SÁ CARNEIRO
JOSÉ ANTÓNIO MARQUES ANTUNES
JOSE ANTONIO DOS SANTOS RUIVINHO
JOSE ANTONIO DA SILVA QUINTAS
JOSÉ ANTÓNIO SOARES ARRUDA
JOSE ARNALDO SOUSA TUNHAS MAYAN COSTA
JOSÉ AUGUSTO ALVES BARROSO MANTA PEREIRA
JOSE AUGUSTO CABO VERDE MENDES
JOSE AUGUSTO LOURO ESPERANÇA
JOSE AUGUSTO RODRIGUES GOMES
JOSE AUGUSTO DA SILVA PATO
JOSE BARROS DA ROCHA
JOSE CARLOS CARRILHO PINTO
JOSE CARLOS DA SILVA FILIPE
JOSE EDUARDO LEAL MOITA
JOSE FERNANDO FERREIRA MARTINS
JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES
JOSE FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA
JOSE FERREIRA DE MORAIS ANTAS
JOSÉ FILIPE ROBALO
JOSE DA FONTE E CASTRO
JOSÉ GATO DOS SANTOS
JOSÉ DA GRAÇA CARRILHO MATOS
JOSE HENRIQUES FERNANDES LOPES
JOSE HENRIQUES DOS SANTOS
JOSE INACIO DA COSTA LOPES JUNIOR
JOSÉ INÁCIO RAMADA LEITE COSTA LOPES
JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA
JOSE JOAO BRAS MATIAS
JOSE JOAO RODRIGUES CENTENO
JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE
JOSE JUSTINO VEIGA DA SILVA
JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA
JOSE LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES LEMOS
JOSÉ LUÍS MARTINS DE FREITAS
JOSE LUIS OLIVEIRA QUELHAS
JOSE LUIS PINHO FERREIRA
JOSE MACHADO MIRANDA
JOSE MACHADO DA SILVA
JOSE MANUEL DE ALMEIDA MARQUES
JOSÉ MANUEL BAPTISTA TECEDIEIRO
JOSE MANUEL DINIZ MARIA
JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA
JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO
JOSE MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO
JOSE MANUEL DA LUZ MARANHAS
JOSE MANUEL MENDES DE CARVALHO
JOSE MANUEL PEIXOTO PAIS
JOSE MANUEL DOS SANTOS DE MORAIS ANTAS
JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO
JOSE MANUEL DA SILVA GONÇALVES SOBRAL
JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO
JOSÉ MANUEL XAVIER RIJO
JOSE MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS
JOSE MARIA GODINHO ESPIRITO SANTO
JOSE MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO
JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA
JOSE MIGUEL DA SILVA COSTA
JOSE DO NASCIMENTO CANDEIAS CUSTODIO
JOSE OSCAR DE MACEDO ALVES
JOSE DE PAIVA LIMA
JOSE RAMOS MARTINS
JOSE RIBEIRO ALVES
JOSE DA ROCHA MONTEIRO
JOSE RODRIGUES SOARES
JOSÉ SANTOS FERREIRA
JOSÉ DA SILVA NUNES
JOSÉ SILVINO MAGALHÃES DE SOUSA
JOSE VIDEIRA MARQUES
JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA
JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA
JULIO ANTONIO ASCENÇÃO CACHAPA

JULIO DINIS ESTEVES PEREIRA
 JÚLIO VARELA MONTEIRO CONCEIÇÃO
 LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS
 LUDGERO AGOSTINHO LUIS
 LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA
 LUIS AMANDIO DUARTE DA SILVA BOUCEIRO
 LUIS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA
 LUÍS AUGUSTO ALMEIDA NOGUEIRA
 LUIS AUGUSTO DUARTE
 LUIS DE DEUS
 LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES
 LUIS FILIPE ENGENHEIRO DOS SANTOS
 LUIS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES
 LUIS FILIPE DE VILHENA DE ANDRADE BOTELHO
 LUIS DE JESUS RODRIGUES
 LUÍS JORGE XAVIER RIJO
 LUIS MANUEL JESUS DA COSTA
 LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS
 LUIS ORNELAS GLÓRIA
 LUIS DA PURIFICAÇÃO MERINO
 LUIS SILVA DA CUNHA GONZAGA
 LUIS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA
 MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL
 MANUEL ALVES SIMOES
 MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS
 MANUEL ANTONIO LADEIRAS
 MANUEL ANTUNES DO AMARAL
 MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO
 MANUEL AUGUSTO ROCHA
 MANUEL AUGUSTO DE SOUSA PEREIRA
 MANUEL DUARTE MEIRELES BELEZA DE ANDRADE
 MANUEL FELISBERTO DA ENCARNACÃO
 MANUEL FERNANDES TAVARES
 MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO
 MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
 MANUEL FERNANDO LOPES
 MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO
 MANUEL FERREIRA DE MORAIS ANTAS
 MANUEL JOAO REISINHO BELEZA DE ANDRADE
 MANUEL JOAQUIM DE AMORIM NUNES
 MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA
 MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA
 MANUEL JOSE SOUSA SOUTO DEL RIO
 MANUEL LIMA MONTEIRO
 MANUEL LUIS DA SILVA CUNHA E COSTA
 MANUEL MARQUES DE SOUSA
 MANUEL MARTINS LEAL DA COSTA
 MANUEL MONTEIRO DA SILVA
 MANUEL MOREIRA PINTO
 MANUEL OLIMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS
 MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES
 MANUEL RAUL GOUVEIA TEIXEIRA
 MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
 MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA
 MARCO PAULO DA PURIFICAÇÃO TEIXEIRA
 MARIA CRISTINA VITORINO DE CASTRO
 MARIA JULIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO
 MARIA MADALENA DOS SANTOS NOGUEIRA CARACOL
 MARIO ALCINO MENDES DE OLIVEIRA
 MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE
 MÁRIO ANTÓNIO ROSA DE MATOS OLIVEIRA
 MARIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA
 MARIO AUGUSTO NETO BARROCA
 MARIO CELESTINO DE FREITAS DUARTE D'ALMEIDA
 MARIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA
 MARIO FERNANDO DA SILVA SIMOES
 MARIO GABRIEL DOS SANTOS BARBOSA CARDOSO
 MARIO DO NASCIMENTO GOMES
 MARIO NUNES MENDES
 MARIO DE SOUSA FERREIRA DE BRITO
 MARIO DE SOUSA GONÇALVES
 MARIO VASCO CANHAO PAIXAO

MILITAO ANTONIO MONTEIRO CANDEIAS
 NELSON AUGUSTO LOPES BATALHA
 NELSON OSCAR DE SOUSA PINTO
 NELSON RAUL DOS SANTOS FERREIRA
 NORBERTO DIAS DOS SANTOS
 NUNO AFONSO CARDOSO F. PINTO DE OLIVEIRA
 NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES
 NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP
 NUNO DE MESQUITA GABRIEL DOS SANTOS PIRES
 ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES
 ORLANDO ESPIRITO SANTO ALVARES
 ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO
 ÓSCAR CARNEIRO JALES
 OSCAR FERNANDO VALENTE VELUDO
 PAULA MARIA RAMADA LEITE DA C. LOPES S. VICENTE
 PAULO JORGE DE GUSMÃO TEIXEIRA
 PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE
 PAULO JORGE MENDES PIRES
 PAULO JOSE BORGES DE LIMA
 PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA
 PAULO RUI FELIX VARGAS DA COSTA
 PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA
 PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
 QUINTINO COSTA VELHO
 REINALDO LUCAS DE CARVALHO
 RICARDO JOAQUIM DE V. PEIXOTO GUIMARAES
 RUI ACACIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
 RUI ALBERTO DA SILVA SIMOES
 RUI ALBERTO VENTURA MANGERIÇÃO
 RUI ALEXANDRE LEITAO DA ANUNCIAÇÃO
 RUI FILIPE CASTELA RAMOS PEREIRA
 RUI HELDER DA COSTA SANTOS
 RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA
 RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA
 RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO
 RUI MENDES FERREIRA
 RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO
 RUI PEREIRA PATO
 RUI SOARES FERNANDES
 SECUNDINO CRISTÓVÃO B. ALVES DE QUEIRÓS
 SIMÃO PEDRO FERREIRA CABRAL NEVES
 SÓNIA CRISTINA RIBEIRO ALVES FEVEIREIRO LATAS
 TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE
 TERESA DIAS VIDINHA
 VALDEMAR LUIS DA COSTA
 VASCO DE ALMEIDA
 VASCO CANTARILHO DA CONCEIÇÃO VERDES
 VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES
 VILMARO RIBEIRO DE QUEIROS
 VITOR HUGO CÂNDIDO DUARTE
 VITOR MANUEL ALVES RAMOS DOS SANTOS
 VITOR MANUEL OSORIO GEADA
 VITOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES
 ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA
 ZELIO MANUEL MOTA DE CARVALHO

NOVOS DESPACHANTES

TERESA DIAS VIDINHA
 DELFIM LEITE DA COSTA OLIVEIRA
 NUNO AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO OLIVEIRA

FALECIMENTOS

CUSTÓDIO PEREIRA FERREIRA
 FERNANDO JORGE MARTINS FERREIRA DE BRITO
 MANUEL DE OLIVEIRA MARTINS

Reflectindo

Chegados ao fim de mais um ano, todos somos levados, às vezes sem darmos conta, a uma reflexão séria, sobre o que se passou de mais relevante em tal período de tempo e, o que não é menos importante, sobre as nossas perspectivas e expectativas futuras.

Durante este ano, o Conselho Directivo da CDO e especialmente durante o primeiro trimestre, lutou e julgo que conseguiu, pela versão que acabou por ser aprovada do Código Aduaneiro Comunitário (Modernizado).

Seguiu-se e continua ainda, um aturado trabalho, no âmbito dos Grupos que estudam e elaboram as respectivas Disposições de Aplicação.

Ao mesmo tempo, porque nada corre em separado, preparamos as alterações que a nível interno e por força da aprovação do CAC, não deixarão de ocorrer.

Temos a certeza e disso já vimos dando conhecimento aos Colegas, que não deixarão de se verificarem várias e significativas mudanças, a todos os níveis e cujo sentido nem sequer conhecemos.

Temos de estar preparados para o futuro que está já aí, “ao virar da esquina”.

Podemos ultrapassar essas dificuldades?

Sim, podemos!

Com a amizade do,
Fernando Carmo



O OUTRO BES



O BES tem uma política social focada no desenvolvimento de uma sociedade assente na igualdade de oportunidades de que se destaca o apoio às crianças e jovens em situação de risco. São exemplos desta política de solidariedade as parcerias com três das instituições mais dinâmicas neste domínio - o Banco de Bens Doados, a Associação Novo Futuro e a Acreditar. Saiba mais em www.bes.pt/solidariedade



**BANCO
ESPIRITO
SANTO**

Preço das assinaturas 2008 (sem IVA, portes para expedição normal incluídos)

Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	1000 EUR por ano(*)
Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	100 EUR por ano(*)
Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, só edição impressa + CD-ROM anual - CD-ROM documentos COM	22 línguas oficiais da UE	1200 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, séries L, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	700 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, séries L, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	70 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, séries C, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	400 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, séries C, só edição impressa	22 línguas oficiais da UE	40 EUR por ano
Jornal Oficial da União Europeia, séries L + C, CD-ROM mensal (cumulativo)	22 línguas oficiais da UE	500 EUR por ano
Suplemento do Jornal Oficial (série S), Adjudicações e Contratos Públicos, CD-ROM, duas edições por semana	Multilíngue: 23 línguas oficiais da UE	360 EUR por ano (= 30 EU por mês)
Jornal Oficial da União Europeia, séries C – Concursos	Língua(s) de acordo com o concurso	50 EUR por ano

(*) Venda avulsa: até 32 páginas 6 EUR
de 33 a 64 páginas 12 EUR
mais de 64 páginas preço fixado caso a caso

O *Jornal Oficial da União Europeia*, publicado nas línguas oficiais da União Europeia, pode ser assinado em 22 versões linguísticas. Compreende as séries L (Legislação) e C (Comunicações e Informações).

Cada versão linguística constitui uma assinatura separada.

Por força do Regulamento (CE) n.º 920/2005, publicado no Jornal Oficial L 156 de 18 de Junho de 2005, nos termos do qual as instituições da União Europeia não estão temporariamente vinculadas à obrigação de redigir todos os seus actos em irlandês nem a proceder à sua publicação nessa língua, os Jornais Oficiais publicados em irlandês são comercializados à parte.

A assinatura do Suplemento do Jornal Oficial (série S – Adjudicações e Contratos Públicos) reúne a totalidade das 23 versões linguísticas oficiais num CD-ROM multilíngue único.

A pedido, a assinatura do *Jornal Oficial da União Europeia* dá direito à recepção dos diversos anexos do Jornal Oficial. Os assinantes são avisados da publicação dos anexos através de um "Aviso ao leitor" inserido no *Jornal Oficial da União Europeia*.

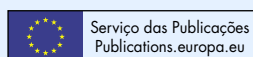
Vendas e assinantes

As publicações pagas editadas pelo Serviço das Publicações estão disponíveis através dos nossos serviços de vendas. A lista dos serviços de venda está disponível na internet no seguinte endereço:

http://publications.europa.eu/others/agents/index_pt.htm

EUR-Lex (<http://eur-lex.europa.eu>) oferece acesso directo e gratuito ao direito da União Europeia. Este sítio permite consultar o *Jornal Oficial da União Europeia* e inclui igualmente os tratados, a legislação, jurisprudência e os actos preparatórios da legislação.

Para mais informações sobre a União Europeia, consultar: <http://europa.eu>



SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DAS COMUNIDADES EUROPEIAS
L-2985 LUXEMBURGO

